

Algumas contribuições para o enfrentamento das questões éticas implicadas na remoção dos habitantes de um território, derivadas de estudos em Psicologia Socioambiental na megalópole São Paulo (Brasil).

Ribeiro, Sandra; Oliveira, Adriano; Falcalde y Paulo.

Cita:

Ribeiro, Sandra; Oliveira, Adriano; Falcalde y Paulo (2014). *Algumas contribuições para o enfrentamento das questões éticas implicadas na remoção dos habitantes de um território, derivadas de estudos em Psicologia Socioambiental na megalópole São Paulo (Brasil)*. VIII Jornadas de Sociología de la UNLP. Departamento de Sociología de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, La Plata.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-099/204>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eCvm/eVe>

Algumas contribuições para o enfrentamento das questões éticas implicadas na remoção dos habitantes de um território, derivadas de estudos em Psicologia Socioambiental na megalópole São Paulo (Brasil)

Sandra Maria Patrício Ribeiro- Universidade de São Paulo-USP (docente)

sandrapatricio@usp.br

Paulo Rodrigo UnzerFalcade- Universidade de São Paulo (mestrando)

paulounzer@gmail.com

Adriano Francisco Oliveira- Universidade de São Paulo (aluno especial)

adrianodefo@yahoo.com.br

Resumo

Apresenta-se ao debate os resultados parciais de investigações teóricas e empíricas empreendidas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Mitopoética da Cidade: Experiência Subjetiva, Paisagem, Memória e Imaginação” (Universidade de São Paulo), que enfocam as experiências subjetivas de dois grupos de moradores da megalópole São Paulo: os moradores de rua do bairro da Luz na região central da cidade, e os moradores do Jardim Pantanal, bairro periférico constituído pela ocupação informal da várzea do rio Tietê no extremo Leste da cidade. Além de sua situação de vulnerabilidade social, estes grupos têm em comum o fato de serem, ambos, visados por Programas Sociais que preconizam uma alteração drástica em seus locais e modos de viver; nesta perspectiva, serão apresentadas reflexões sobre aspectos *éticos* a serem considerados pelas políticas públicas de habitação, nas situações cada vez mais frequentes em que, por razões ambientais ou de interesse social, é necessário promover remoções.

Palavras-Chave: Programas Sociais de Habitação, Experiência Subjetiva, Ethos, Paisagem, Imaginário.

O presente artigo deriva do diálogo transdisciplinar que vem se desenvolvendo no âmbito do Grupo de Pesquisa “Mitopoética da Cidade: Experiência Subjetiva, Paisagem, Memória e Imaginação”, sediado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Brasil), articulando-se em torno do imaginário, da experiência subjetiva privada, da mitopoética individual e coletiva, da configuração das paisagens e do modo de viver das coletividades humanas, sobretudo nos ambientes urbanos ou em processo de urbanização. De um modo abreviado, pode-se dizer que o grupo constituiu-se com base no compartilhamento do interesse pelo ethos contemporâneo e da premissa de que a mitopoética, a paisagem e o imaginário consubstanciam processos psicossociais cruciais para a configuração e sustentação dos modos humanos de ser, viver e conviver (logo, também para as suas transformações); reconhece-se, também, que muitos dos problemas mais salientes da atualidade (como muitos dos fenômenos mais salientes no campo da Psicologia Social, vistos ou não como “problemáticos”), derivam da história expansionista da civilização ocidental e, sobretudo nas últimas décadas, da crescente urbanização que alcança todos os recantos do planeta. Assim sendo, assume-se que as chamadas Humanidades, e em particular a Psicologia Social, precisam/devem estudar, explicitar e avaliar o modo como esta expansão urbana incide sobre a vida cotidiana de indivíduos e de coletividades humanas singulares.

Nesta direção, as pesquisas e discussões do grupo concentram-se atualmente sobretudo no imaginário e na paisagem de bairros paulistanos (Luz, São Miguel Paulista e Itaquera), em cidades da região noroeste do estado de São Paulo e na região dos lagos, no estado do Rio de Janeiro. Nestes lugares, têm sido conduzidos projetos de pesquisa junto a diferentes segmentos da população visando investigar, descrever e discutir os processos de subjetivação e socialização, a experiência subjetiva privada e as atividades cotidianas dos seus habitantes - por hipótese, estes processos concretizam as

interveniências entre o lugar, a subjetividade e o comportamento; portanto, tornam tais interveniências potencialmente observáveis, propiciando que seus condicionamentos recíprocos sejam compreendidos em certo grau. Embora os procedimentos específicos sejam variados, de modo a adaptarem-se às peculiaridades socioambientais de suas respectivas bases territoriais, todos estes estudos englobam um trabalho de coleta, análise e interpretação de informes sobre a paisagem e o imaginário de seus habitantes, nos quais estão contidos dados qualitativos e quantitativos, de natureza espacial e temporal, abrangendo diferentes aspectos da vida humana (cognitivo, afetivo, imaginativo, comportamental, expressivo etc.), em suas dimensões individuais e coletivas. Dentre os muitos procedimentos empregados neste tipo de estudo, destacam-se a observação participante, o recolhimento de narrativas autobiográficas, a aplicação de instrumentos para o mapeamento das atividades cotidianas e para a modelização do imaginário dos moradores. Através de colóquios presenciais ou à distância, têm-se procurado processar e discutir os informes assim coletados de maneira interdisciplinar, envolvendo saberes sobre diversos níveis de organização da vida humana: psicológicos, sociológicos, geográficos, históricos (sócio-culturais), etológicos e antropológicos.

Finalmente, cabe dizer que para além de seus objetivos estritamente acadêmicos e científicos, o grupo compartilha certa “esperança”: a de que, ao compreender melhor tais processos, pode-se influenciá-los na direção do bem comum, mediante a derivação de subsídios teóricos e práticos potencialmente úteis para o planejamento, execução e avaliação de programas governamentais e não-governamentais de intervenções psicossociais. Cabe também ressaltar que, do ponto de vista teórico-metodológico, todos convergem para uma atitude metodológica de cunho qualitativo, comparativo e hermenêutico, adotando-se uma postura descritiva e compreensiva, mais do que explicativa; assumindo a precedência das preocupações éticas em relação às

preocupações nomotéticas e quantificadoras; mantendo a abertura para a interlocução com as diferentes áreas da ciência e com os conhecimentos produzidos a partir de diferentes métodos. Em suma, tudo isto significa que o grupo adota um ponto de vista crítico em relação ao paradigma epistemológico ocidental moderno, sobretudo à sua tendência ao simplismo quando aborda a realidade humana.

Simplicidade ou Complexidade?

Diante das ditas *coisas humanasa* ciência tem utilizado duas formas de abordagem - contrárias em muitos aspectos, e frequentemente irreconciliáveis - de entender e intervir. A primeira delas tende a reduzir a imensa variedade de fatores que incidem em um dado fenômeno sob o argumento de que, exatamente por se tratar de algo complexo, seu conhecimento exige que seja decomposto em suas (supostas) partes mais simples. Trata-se de uma manobra *reducionista* que, basicamente, recomenda ao sujeito *cognoscente* priorizar aquilo que é *essencial* para formular uma explicação o mais completa possível do fenômeno, abstraindo tudo quanto, pelo menos até o momento, permanece *incognoscível*. A segunda forma prima pela busca e consideração da *essência* (ignorada até o momento, por isto mesmo buscada) do fenômeno que, supostamente, indexaria sua complexidade e permitiria sua compreensão. Trata-se aqui de uma atitude *antireducionista*, que confere - digamos assim - dignidade epistêmica tanto à complexidade do fenômeno quanto à situação de ignorância do estudioso, de tal modo que modo que isto mesmo deverá, necessariamente, constituir os contornos metodológicos que poderão pautar o empreendimento cognoscitivo. No âmbito do conhecimento científico, sobretudo (para os fins deste artigo) da Psicologia Social, esta é uma das questões de base que segundo Munné (2012) deve pautar a agenda da disciplina no século XXI, se quisermos avançar no enfrentamento e solução de problemas que muitos pensadores vêm, há algum tempo, apontando.

A relevância deste tipo de empreendimento antirreducionista torna-se suficientemente clara a partir de uma anedota descrita por Munné (2012). Trata-se de uma ocasião em que um crítico de música foi à casa de Richard Strauss para entrevistá-lo. O famoso autor de lindos poemas sinfônicos recebeu o crítico no jardim de sua casa. Conta-nos o entrevistador que Strauss fora subitamente destituído do estatuto de titã ou semideus. Isso porque o entrevistador encontrou um homem que limpou os sapatos em três tapetes diferentes antes de se acomodar para dar início à entrevista. Desta anedota, Munné (2012) extrai um exemplo modelar de um tipo de acontecimento que fala sobre a complexidade do comportamento humano: sem qualquer intencionalidade, Strauss ofertou *informações faltantes* ao entrevistador, que procederam a uma abrupta mudança na impressão e compreensão que o entrevistador detinha sobre seu entrevistado. Com efeito, a imprevisível confrontação com estas informações faltantes condicionaram a forma como se deu a interação com o entrevistado. De acordo como o autor *a descoberta de um dado a mais, em princípio insignificante, faz mudar abruptamente a impressão e compreensão que se tem do personagem: um homem casado, como interpreta o crítico de música que conta a anedota (ou um homem maníaco por limpeza, como outro poderia interpretar), dado que em qualquer caso condiciona a interação com aquele.* Segundo Munné (Munné, 2012; p.27), a posição inicial do entrevistador era de reduzir Strauss à figura *divinal* do grande compositor, mas, a partir da confrontação com a informação faltante, isto não foi mais possível - com efeito, tornou-se necessário integrar ao grande compositor sua *humana* condição cotidiana.

Se o reducionismo caracteriza a posição dominante nas ciências sociais, como afirmam hoje tantos pensadores e inclusive Munné no mesmo texto, não ocorreria algo parecido no âmbito da produção do conhecimento científico, por exemplo, entre os pesquisadores e seus entrevistados?

Ainda no mesmo texto, o autor lança-nos a questão: *Por que ciência busca a explicação mais simples possível para o comportamento humano?* (Munné, 2012; p.28). Sua resposta aponta enfaticamente para o *Paradigma da Complexidade* como a chave que permitirá à Psicologia Social do século XXI transformar seus métodos de entender a realidade humana e nela intervir, conduzindo a formas de compreensão capazes de alterar o sentido dos problemas e, conseqüentemente, das soluções.

O Paradigma da Simplicidade e da Complexidade

Ainda seguindo as coordenadas de Munné (2012), faz-se necessário tecer breves linhas explicitando a perspectiva daquilo que sustenta este consagrado, e atualíssimo, meio de conhecimento da realidade, majoritariamente preconizado pela ciência, algo que fala sobre o *paradigma da simplicidade*.

Não seria novidade dizer que os princípios aristotélicos da *contradição* e do *terceiro excluído* orientam logicamente a metodologia científica. Todavia, não parece tão evidente dizer que data do mesmo período a genealogia do paradigma que subentende consistir no simples, o essencial. Não obstante, será a partir do fim da idade Média e início da Modernidade que estas noções aparecerão explicitamente. Segundo Munné, *será a partir do século XIV que este suposto fundamental é explicitado e aplicado diretamente à teoria e ao método da ciência, quando três dictas desenvolveram e consolidaram a simplicidade como princípio que outorga o qualitativo de científico ao conhecimento e à explicação* (Munné, 2012; p. 28).

As três *dictas* que o autor faz alusão reportam-se a William de Ockham (século XIV), René Descartes (século XVII) e Wilhelm Leibniz (século XVI). Cada um destes pensadores, ao seu modo, defenderá que a explicação científica não deve ir além do necessário (Ockham), do essencial (Descartes) e do suficiente (Leibniz). Mas, pergunta

Munné, *o que se deve entender como necessário, essencial e suficiente? E o que não deve ser considerado desnecessário, não essencial ou insuficiente?* (Munné, 2012; p.30).

A chamada navalha de Ockham é o critério que parece embasar a orientação dominante do método científico e do *paradigma da simplicidade*. A exigência pela economia do necessário na pesquisa científica embasa todo um empreendimento que elegerá a simplicidade como critério valorativo para teorias e metodologias: *assim, as melhores teorias acabam sendo as mais simples em sua formulação e frugais em sua aplicação* (Munné, 2012; p.30). Quanto à complexidade, diferentemente do que se poderia intuir a partir de uma simples antítese do que foi até agora exposto, não se trata de um elogio dignificante de complicações - aliás, trata-se de um engano bastante comum a equiparação da complexidade com complicações desnecessárias, e caberão algumas linhas de esclarecimento a este respeito.

Há um grande grupo de teorias que, em seu conjunto, formam as chamadas *teorias da complexidade*. Já é possível retratar a historicidade destas teorias, fazendo uma disposição geracional. Em um primeiro momento, encontramos representantes deste pensamento complexo *na primeira sistêmica (von Bertalanffy) e pela cibernética de primeira ordem (Wiener)* (Munné, 2012). Depois, já se pode adentrar em teorias ainda mais radicais sobre a complexidade: *existem sistemas com feedbacks heterostáticos (von Foerster), sistemas distantes do equilíbrio como sendo processos emergentes (Prigogine), sistemas nebulosos ou que carecem de limites precisos (Zadeh) etc.* (Munné, 2012). O ponto a ser destacado é que é sabido que estes sistemas não tratam de excepcionais, mas sim de elementos constitutivos da esmagadora maioria de sistemas de ação encontrados na realidade material e imaterial (Munné, 2012). O autor chama a atenção, todavia, para aquilo que ele vem chamando de *complexidade forte*,

envolvendo diferentes níveis de teorização sobre o caos, a emergência, a auto-organização, as catástrofes, os processos fractais e os conjuntos nebulosos¹.

Naturalmente que cada uma destas teorias surge dentro de um contexto específico e, também, engajada a determinados problemas teóricos de alguma disciplina específica; não obstante, *configuram um paradigma orientador do conhecimento e da explicação científicos que subvertem aspectos fundamentais da ciência dominante*, como bem destaca Munné(2012; p. 31).

Não faz parte do programa deste artigo a exaustiva incursão pelo fabuloso universo das teorias da complexidade, visto que o mesmo aponta para outros objetivos. Dentro do que nos diz respeito, mostra-se essencial apontar os riscos e efeitos intrínsecos da aceitação incontestada deste paradigma da simplicidade. Dentro de uma análise sócio-psicológica da Modernidade -período no qual notoriamente se estabelece o paradigma da simplicidade- as estratégias de simplificação articulam-se com a necessidade de estabilização identitária, que necessitariam de certezas para se consolidarem (Figueiredo, 1999). Não obstante, e a título de encadeamento de idéias, pode-se dizer que estas teorias afrontam substancialmente um eixo bastante caro ao paradigma da simplicidade, a noção de linearidade, ou seja, a noção que estabelece proporcionalidade entre causa e efeito - afrontamento ilustrado pelo que ficou conhecido como 'efeito borboleta', bem resumido na frase: *o bater de asas de uma borboleta no Brasil pode ocasionar um tornado no Texas* (Lourenz, 1993).

Em função deste afrontamento a um pilar significativo do paradigma dominante, estes postulados encontram grande resistência para serem devidamente assimilados ao esforço teórico, metodológico e, sobretudo, interventivo - e isto particularmente no caso

1 Para saber mais sobre isso: MUNNÉ, F. (1995) *Las teorías de la complejidad y sus implicaciones en las ciencias del comportamiento*. *Revista Interamericana de Psicología*, 29(1), 1-12

das ciências humanas e sociais, cujo objeto de interesse, de um jeito ou de outro, recai sempre no humano e em seu comportamento. Naturalmente, isso se revela um grande problema na medida em que evidências da complexidade do comportamento humano são tão notáveis, senão gritantes. Afinal, *se em um comportamento individual ou social há auto-organização, fractalidade, caos, imprecisão etc.*(e tudo indica que sim),*deve ser explicado em termos de complexidade* (Munné, 2012; p.32).

Claro: não é sem motivo que as ciências humanas e sociais esquivam-se de adotar a perspectiva da complexidade. Antes de mais, como Munné (2012; p. 34) bem nos adverte, esta perspectiva nos defronta com as limitações de qualquer possibilidade de prever, regular e controlar, mostrando-nos um mundo de incertezas. Talvez esta seja uma imagem mais verdadeira de nosso mundo, mas à primeira vista não é muito alentadora! Além disso, em nosso tempo a incerteza não “cai bem” em cientistas e é tão desconfortável enfrentar o desconhecido como admitir o desconhecimento. Mesmo assim, num esforço de bem pensar, este artigo pretende tecer algumas reflexões acerca de questões ligadas a remoção de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social adotando, tanto quanto possível nos limites deste texto, a perspectiva da complexidade. Acreditamos que isto servirá, senão a ilustrar, ao menos sugerir a potencialidade deste paradigma para a abordagem de grandes problemas contemporâneos, com vistas ao estabelecimento de um modo ético de enfrentá-los. Em tal esforço, os autores debruçaram-se sobre dois bairros da cidade de São Paulo, nomeadamente, Luz e Jardim Pantanal.

O bairro da Luz

O bairro da Luz é bastante emblemático na cidade de São Paulo. A história do bairro está profundamente interligada à história da cidade e mesmo do país, desde os primórdios da colonização, ainda no século XVI, até os esforços de modernização

intentados a partir do final do século XIX, quando a produção e comercialização do café tornaram-se a principal atividade econômica do país e São Paulo passa a dar importantes passos rumo ao que hoje se tornou -a saber, a principal capital econômica da América Latina. Na segunda metade do século XIX, inaugurou-se a ferrovia *São Paulo Railway* fazendo a ligação com o mar do porto de Santos, destacando São Paulo na rota obrigatória para o fluxo do café. Produção e comercialização da principal atividade econômica do país encontraram em São Paulo, seu lugar. A implementação das ferrovias (e a Modernidade nela encarnada) criou também uma considerável alteração quanto à vida na cidade de São Paulo, imprimindo-lhe velocidade no trabalho e nas comunicações com o mundo. É neste caldo histórico que se encontra a genealogia das transformações do bairro da Luz, intimamente relacionada à história da modernização do país ao longo do século XX, espelhando - em termos sempre mais ou menos distorcidos - os desdobramentos da Modernidade em escala global. Sobretudo a partir da década de 80, a região passa por um intenso processo de decadência - tal como se verifica nos centros históricos de diversas outras cidades pelo mundo - deixando de ser um local desejado para moradia, tornando-se local de comércio e polo de atração para moradores de rua e outros grupos socialmente vulneráveis, em situação de maior ou menor conflito com a lei, como traficantes e prostitutas.

Não tardou para que se desenvolvesse no bairro um fenômeno de grande apelo midiático, conhecido por *cracolândia*. O nome refere-se ao uso de *crack* feito por centenas de usuários que vivem na região do bairro da Luz, em situação de rua ou não. Este fenômeno ganhou destaque midiático e, conseqüentemente, do Poder Público, a partir do início da década de 90; paradoxalmente, esta atenção parece contribuir para a degradação do bairro, mais do que promover soluções para seus problemas. A degradação paulatina do bairro da Luz tem na figura do morador de rua um de seus

representantes. O *problema do morador de rua* tem assumido tal importância que o Governo Federal, em 2008, criou a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua como forma de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade que, como consta no texto do decreto, é *historicamente colocada à margem das prioridades dos poderes públicos*. Em São Paulo é formalmente reconhecida a obrigatoriedade de que o poder público preste atendimento à população de rua; contudo, decorrida mais de uma década, a situação apenas se agravou, o que fez com que a câmara de vereadores criasse uma Frente Parlamentar visando garantir a implementação de um atendimento efetivo a esta população.

Ao longo de dois anos e meio, um dos autores participou de um Projeto Público validado por esta resolução, o Projeto Atenção Urbana. O Projeto vinculava-se tanto à resolução sobre a obrigatoriedade de ação do Poder Público voltada ao morador de rua, quanto à um grande Projeto de Revitalização do Centro de São Paulo². Tanto a experiência como agente deste Projeto Atenção Urbana, quanto o acompanhamento dos trabalhos efetuados por outros projetos na região da Luz, foi suficiente para o vislumbre de alguns indexadores da ausência de transformações efetivas nas problemáticas que se desenvolvem no bairro: em suma, dir-se-ia que as diretrizes orientadoras destes projetos estavam consideravelmente apartadas do que se via na realidade, circunstância esta que, por sua vez, engendrava o falseamento do “diagnóstico” das causas da visível ineficácia das ações empreendidas, atribuindo-as a fatores de difícil constatação e manejo: *falta de força de vontade, falta de comprometimento, falta de vergonha*, etc. No que tange a este artigo, cabe-nos retratar uma situação em específico: ao afirmarmos que a orientação

² A degradação do bairro da Luz não é um caso isolado, mas sim uma expressão do processo de aviltamento da região central da cidade de São Paulo.

dos trabalhos estava consideravelmente apartada da realidade que se apresenta àqueles que entram em contato com os moradores de rua, queríamos dizer que esta orientação buscava (e ainda busca), essencialmente, promover a ressocialização destas pessoas, ou seja, o trabalho desenvolve-se com o objetivo expresso de fazer o necessário e suficiente para que os moradores de rua deixem seu lugar de vida atual (as ruas), e voltem a participar da sociedade, como cidadãos bem-integrados. Este objetivo reverbera uma plataforma sócio-cultural estruturada para resolver problemas a partir de raciocínios e ações simplistas, resultando na seguinte formulação: o morador de rua é alguém excluído das hostes sociais, supostamente pela desatenção sócio-assistencial; portanto, para que o morador de rua deixe de sê-lo, que volte a ter uma moradia convencional, que se torne um “protagonista social”, um “sujeito de direitos”, etc., bastará provê-lo suficientemente da atenção cuja falta estaria na base de sua condição atual; logo, a estratégia para alcançar tal (necessário) objetivo pauta-se pela criação de uma rede sócio-assistencial que, por hipótese, criaria as condições (suficientes) para que os moradores de rua se reengajassem na mesma sociedade que, antes, os excluiu. O problema é que eles não se engajam. E diante dos resultados, absolutamente pífios frente aos exorbitantes gastos públicos consumidos em sua realização, cria-se a questão: o que saiu errado? Infelizmente, a resposta predominante a esta questão se faz apontando, primeiramente, para a própria figura do morador de rua, acusando-o de ser recalcitrante, de resistir às mudanças, de ser alguém que “já se institucionalizou nas ruas” etc. - se preciso for, acusar complementarmente de incompetência ou imperícia às agências ressocializadoras (ou mais diretamente aos seus agentes) na execução da estratégia.

Um modo mais adequado de enfrentar a questão seria, evidentemente, revisar as formas de se pensar e agir diante do morador de rua. Nisto, o “paradigma da complexidade”

viria bem a calhar. Por exemplo, é fácil constatar que as Políticas Públicas dirigidas ao morador de rua, se são eloquentes ao abordar os aspectos sociais e econômicos implicados na problemática, por outro lado negligenciam inteiramente as características psicológicas e comportamentais desta população ou, o que vem a ser o mesmo, focam-nas tão somente como elementos a serem corrigidos de acordo com um padrão regulamentar do qual se desviam e ao qual é preciso fazê-las se conformar - o que pode ser percebido claramente, por exemplo, em relação à abulia que geralmente apresentam, ou ao consumo de drogas psicotrópicas. Entretanto, tendo em mente a auto-organização presente em qualquer sistema complexo, torna-se imperioso buscar compreender como estas características relacionam-se entre si e com a situação concreta na qual emergem, inclusive em termos do possível valor adaptativo que possuam para os sujeitos. A adoção desta perspectiva pode favorecer a produção de conhecimento tanto do ponto de vista da pesquisa pura (por exemplo, estudando se e como a situação específica de morar na rua interfere com os processos psicológicos básicos), quanto do ponto de vista da pesquisa aplicada (por exemplo, estudando.....). Por exemplo, no que tange a esta resistência em deixar as ruas, poderíamos interpelar o plano com um questionamento como: *o que significa a perda de um lugar de vida, seja ele qual for?* Em outras palavras, a Política Pública direcionada à remoção dos moradores da Luz não considera nem por um instante noções como uma noção psicológica como o *apego* e o *luto*. Como traçar um eloqüente plano dignificante da vida humana desconsiderando processos básicos que indexam radicalmente a mesma vida humana? Como esperar algum tipo de aspiração em alguém que está incapacitado de vislumbrar um futuro?

O Jardim Pantanal

Se o bairro da Luz está localizado no centro da cidade de São Paulo, o Jardim Pantanal está geograficamente localizado no extremo Leste, a aproximadamente 30 km de

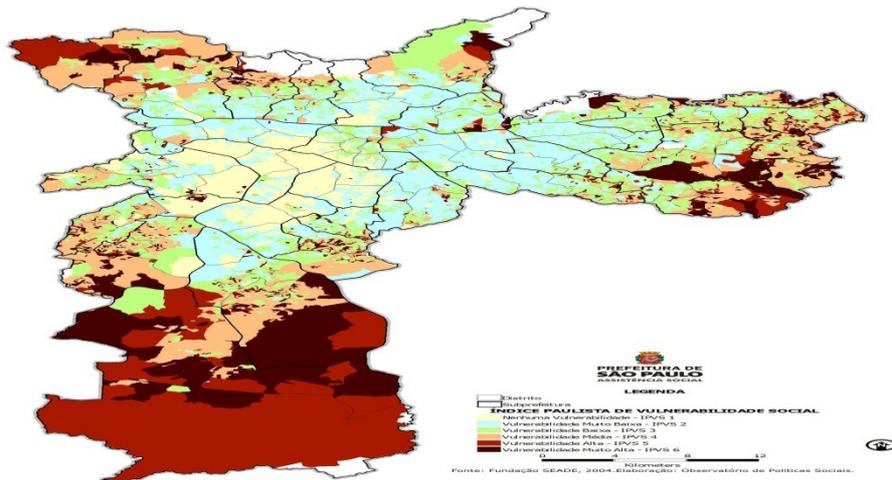
distância da região central. Trata-se de uma vila, localizada dentro do distrito Jardim Helena e que faz divisa com duas cidades da grande São Paulo: Guarulhos e Itaquaquecetuba.

Historicamente, as pessoas que ali moram fazem parte de um grande grupo que entre o fim da década de 80 e início da de 90 passou a realizar diversas “ocupações de terra” na cidade de São Paulo e, neste caso específico, no distrito Jardim Helena. O bairro, até então, era formado por algumas casas e loteados por chácaras ou pequenas propriedades, principais alvos das ocupações. Com a crescente modernização da cidade de São Paulo, houve uma crescente migração de mão-de-obra para trabalhar principalmente nas indústrias da região. A linha férrea, e consequentemente a estação de Trem de São Miguel Paulista, que está próximo ao distrito mencionado, contribuiu de forma eficaz para a grande aglomeração de famílias na região. Ainda hoje, ao menos 75% da população do Jardim Pantanal é formada por migrantes, a grande maioria vinda do Nordeste brasileiro ainda na mesma década.

Na dita década, ocorria no Brasil grandes movimentos considerados de esquerda que se uniam principalmente as necessidades dos operários – moradia, alimentação, educação, trabalho digno – formando grupos de reivindicação. Esses grupos eram formados principalmente pelo recém criado Partido dos Trabalhadores e por grupos ligados a Teologia da Libertação. Tais grupos, estavam envolvidos nas chamadas ocupações de terra. Essas ocupações se baseavam em, fazer moradias em grandes áreas desocupadas. Em alguns casos, houve violência, protestos e até reintegração de posse. Em outros, os moradores estão nos locais “invadidos” até hoje, como é o caso do Jardim Pantanal.

Entretanto, o Jardim Pantanal possui uma peculiaridade: ele está localizado em grande parte pelo margeamento do Rio Tietê. Ou seja, está localizado em uma área considerada de várzea, e, logo, de proteção ambiental. As enchentes no bairro são constantes em época de chuva e cheias do rio, sendo que costumeiramente a população fica alagada, provocando sempre intensos debates entre a população local e o poder público.

Segundo o mapa de desenvolvimento social da cidade de São Paulo, o Jardim Pantanal é classificado como vulnerabilidade social denominada de muito alta.



Deste modo, sob a justificativa de recuperar as várzeas da bacia do alto Tietê e sob a alegação de que todos os outros esforços para reduzir as áreas de inundação natural do rio já foram utilizados, o governo do estado de São Paulo entendeu que, sem rever o processo de ocupação urbana de sua várzea, não conseguiria atingir os resultados esperados, e lançou um projeto para recuperar a bacia do rio, denominando-o de PVT – Plano Diretor de Reassentamento. Tal plano, prevê, ainda, transformar as áreas recuperadas em um grande parque linear com vias de trânsito locais, ciclovias, equipamento de lazer, turismo, cultura e educação, além da proteção e recuperação da flora e fauna e o reassentamento da população residente nas áreas de inundação em condições adequadas de habitabilidade e acesso aos serviços básicos. Este grande projeto do Parque Linear do Tietê contará com a recuperação de 95 km da várzea remanescentes na bacia do alto Tietê, desde o bairro da Penha em São Paulo até a nascente do rio na cidade de Salesópolis. Isto, o transformará no maior parque linear do mundo. O investimento previsto é de R\$ 1,7 bilhão de reais até a conclusão do projeto em 2020.

Quanto as remoções, há divergências entre os próprios órgãos do governo. A SEHAB, calcula que serão 10.191 famílias, a Secretaria de Saneamento e Energia do estado calcula 7.500. Entretanto, algumas pessoas das que estão sendo removidas estão recebendo auxílio aluguel no valor de R\$ 400,00 e outras, indenizações que beiram entre os R\$ 10.000,00 e R\$ 70.000,00. Entretanto, a grande maioria dos moradores estão sendo direcionados ao recebimento do auxílio aluguel, que terá duração de apenas 6 meses, o que tem gerado uma grande mobilização por parte dos moradores. São pessoas que ali moram há pelo menos 25 anos, que não tem onde morar e garantem que o valor do aluguel não possibilita a locação de um imóvel nas proximidades.

Como um resumo histórico pode-se dizer; 1) A história do Jardim Pantanal está ligada a chegada de inúmeros migrantes para trabalhar nas indústrias da região e de outros pontos da cidade; 2) O processo de ocupação de terras foi um dos nortes que motivaram a construção de casas no Jardim Pantanal.

O Bairro, a exemplo do que acontece na Luz, também atrai grande parte da mídia, mas em um período específico: Janeiro a Março, devido as fortes chuvas que atingem a cidade costumeiramente entre estes meses. Jornais, revistas, emissoras de TV e calorosos debates políticos tem o Jardim Pantanal como pano de fundo sempre nos primeiro trimestre de cada ano, sendo que a discussão praticamente se extingue nos demais meses.

Existem diversos movimentos de moradores, Ongs e Associações que realizam ações visando uma alternativa coerente no processo de remoção dos moradores da região. Trabalho em um desses movimentos e percebo pela fala e conversa com muitos dos moradores que, eles também reconhecem a necessidade de sair da bairro, principalmente os que moram próximo ao rio. Entretanto, o questionamento feito por cada um deles é: ir para onde? Segundo os moradores, o poder público não dá alternativas, não indica lugares, não dá possibilidades, não dialoga abertamente com a comunidade. Em contrapartida, o governo garante que todas as famílias serão amparadas.

A construção do parque Linear resolve o problema da proteção ambiental, mas da forma como tem sido feita as propostas de remoções tem causado um problema de difícil remediação: tirado tudo o que uma família construiu até hoje sem fornecer possibilidades o que resta a elas? É possível uma política pública que leve em conta parte da história vivida por ambos naquele bairro?



vídeo

o recomendado: <http://www.youtube.com/watch?v=jzkgBui7pK0>

Referencias: (sem formatação)

- PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DAS VARZEAS DA BACIA DO ALTO TIETÊ – PVT – GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECRETARIA

DE SANEAMENTO E ENERGIA. PLANO DIRETOR DE REASSENTAMENTO – 2010.

- 10 ANOS DO PLANO DIRETOR DE MACRODRENAGEM DA BACIA HIDROGRAFICA DO ALTO TIETE. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – O PROJETO VARZEAS DO TIETE – 2008.
- PARQUE VARZEAS DO TIETE – REVISTA DE ENGENHARIA – ED.595/2009 – PG 60 E 61.
- DESAPROPRIAÇÃO DE FAMILIAS NO TIETE. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. 20 DE JULHO DE 2009.